MONÇÕES
REVISTA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UFGD

DOI: 10.30612/rmufgd.v12i24.16746

O outro interno odiado: racismo e (in)segurança ontológica nos discursos da política externa brasileira

The hated other within: racism and ontological (in)security in Brazilian foreign policy discourses

El odiado otro interno: racismo y (in)seguridad ontológica en los discursos de política exterior brasileña

Camila Amorim Jardim
Pesquisadora de pós-doutorado no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (IRel-UnB), Brasília, Brasil.
E-mail: camila_ajardim@hotmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-2280-1434

Resumo: A partir de diálogos mais aprofundados entre a política externa brasileira (PEB) e lentes analíticas pós-estruturalistas (principalmente inspiradas pela psicanálise lacaniana) e pós-coloniais, bem como tendo em vista a lacuna em torno de temas de raça e racismo nos estudos da PEB, este trabalho busca posicionar a questão racial, especialmente o mito da democracia racial, como o verdadeiro alicerce das leituras da identidade brasileira, bem como dos cálculos de preferências e interesses de suas elites. Entendendo "política externa" como uma prática discursiva de construção de fronteiras, o conceito de (in)segurança ontológica é central neste artigo. Privadas do status de cidadãs, as populações negras e indígenas foram (e são) excluídas das narrativas identitárias que definem quem e para quem é o Brasil, de modo que a estabilidade da identidade do brasileiro prevê, necessariamente, a insegurança ontológica (e todas as violências que a ela acompanham) de grande parte da população que habita em seu território. Ao mesmo tempo, faz-se necessário interrogar as condições de possibilidade que permitem, de forma ambígua, que sejam sustentados discursos de Política Externa que afirmam exatamente o contrário, dando centralidade ao componente racial negro e indígena na identidade (inter)nacional do país, mascarando o encarceramento em massa e o genocídio aos quais essas populações são submetidas.

Palavras-chave: Raça e Racismo, Política Externa Brasileira, Segurança Ontológica.

Abstract: Through deeper dialogues between Brazilian foreign policy (BFP) and post-structuralist analytical lenses (primarily inspired by Lacanian psychoanalysis) and post-colonial perspectives, as well as considering the gap surrounding race and racism issues in BFP studies, this work seeks to position the racial question, especially the myth of racial democracy, as the true foundation of readings of Brazilian identity, as well as the calculations of preferences and interests of its elites. Understanding "foreign policy" as a discursive practice of border construction, the concept of ontological (in)security is central in this article. Deprived of citizenship status, black and indigenous populations have been (and are) excluded from the identity narratives that define who and for whom Brazil is, so that the stability of Brazilian identity necessarily foresees ontological insecurity (and all the violence that accompanies it) for a large part of the population inhabiting its territory. At the same time, it is necessary to interrogate the conditions of possibility that allow, in an ambiguous manner, for discourses of Foreign Policy that assert exactly the opposite, giving centrality to the black and indigenous racial component in the (inter)national identity of the country, masking the mass incarceration and genocide to which these populations are subjected.

Keywords: Race and Racism, Brazilian Foreign Policy, Ontological Security.

Resumen: A través de diálogos más profundos entre la política exterior brasileña (PEB) y lentes analíticas postestructuralistas (principalmente inspiradas en el psicoanálisis lacaniano) y perspectivas poscoloniales, así como considerando la brecha en torno a temas de raza y racismo en los estudios de PEB, este trabajo busca posicionar la cuestión racial, especialmente el mito de la democracia racial, como el verdadero fundamento de las lecturas de la identidad brasileña, así como de los cálculos de preferencias e intereses de sus élites. Entendiendo la "política exterior" como una práctica discursiva de construcción de fronteras, el concepto de (in) seguridad ontológica es central en este artículo. Privadas del estatus de ciudadanía, las poblaciones negras e indígenas han sido (y son) excluidas de las narrativas identitarias que definen quién y para quién es Brasil, de modo que la estabilidad de la identidad brasileña prevé necesariamente inseguridad ontológica (y toda la violencia que la acompaña) para una gran parte de la población que habita en su territorio. Al mismo tiempo, es necesario interrogar las condiciones de posibilidad que permiten, de manera ambigua, que los discursos de Política Exterior afirmen exactamente lo contrario, dando centralidad al componente racial negro e indígena en la identidad (inter)nacional del país, enmascarando el encarcelamiento masivo y el genocidio al que estas poblaciones están sometidas.

Palabras clave: Raza y Racismo, Política Exterior Brasileña, Seguridad Ontológica.

Recebido em: 31-01-2023

Aceito em: 20-03-2024

INTRODUÇÃO

Uma ferida por muito tempo denegada (GONZÁLEZ, 1988) nos discursos e estudos de Política Externa Brasileira (PEB), o racismo ainda é central para nossas cicatrizes coloniais e para nossa dinâmica social contemporânea de poder e opressão. Levando essa agenda a sério, este artigo busca refletir sobre como os discursos da PEB ativamente constroem linhas de dentro/fora, eu/outro, cidadão/inimigo, desenvolvimento/subdesenvolvimento. (CAMPBELL, 1992; HANSEN, 2006)

Tais discursos, ancorados por significantes mestres, ressoam e impactam mais que outros, tornando possível determinados movimentos, supostamente em nome da segurança e do desenvolvimento da nação, os quais ativamente legitimam a insegurança de muitos dos seus cidadãos, tais como o genocídio de povos negros e indígenas (NASCIMENTO, 2019), cotidianamente estampados nos jornais. Por outro lado, os mesmos significantes permitem e sustentam discursos internacionais que afirmam exatamente o contrário, dando centralidade e suposta credibilidade ao componente racial negro e indígena na identidade (inter)nacional do país e trazendo à tona a inerente ambiguidade das narrativas de identidade brasileiras.

Com tal objetivo, é necessário primeiramente questionar o entendimento dominante sobre o conceito de política externa (PE), o qual costuma abordá-la como uma atuação do Estado direcionada para "fora" de suas fronteiras, orientada predominantemente por interesses racionais e ações pragmáticas devidamente calculadas (HERMANN, 1990; PUTNAM, 2010; CARLSNAES, 2008). Considerando o caso da PEB, este trabalho parte do questionamento do pressuposto frequente (ainda que pouco enunciado) da existência de um Estado brasileiro relativamente coeso, com uma identidade bem definida e satisfatoriamente estável, capaz de orientar cálculos de interesse a serem "projetados externamente". (LAFER, 2014; PINHEIRO, 2000; ALTEMANI, 2005; SARAIVA, 2007)

Tal ideia de coesão da ação brasileira toma como fundamento elementos como a estrutura burocrática altamente especializada e insulada do Ministério das Relações Exteriores e o desenvolvimento interconectado do campo de pesquisa de relações internacionais no Brasil de forma interdependente entre diplomatas e intelectuais, o que garantiu que os discursos diplomáticos tivessem grande permeabilidade entre os analistas da PEB e vice-versa (PINHEIRO, VEDOVELI; 2012). Aliado a isso, o dito insulamento e alta especialização do Itamaraty favoreceram uma leitura relativamente estável das características que constituiriam a identidade do Brasil: um país pacífico, continental, sem grandes rivalidades políticas com o seu entorno, composto por uma sociedade multicultural, com uma diplomacia que presa pelo multilatera-

lismo, que busca ser uma ponte entre o Norte e o Sul, e que orienta sua ação internacional a partir dos objetivos principais de promoção do desenvolvimento e da autonomia nacional.

Ainda que capazes de analisar temas relevantes, as abordagens mais tradicionais da PEB dificultam que questões centrais para a dinâmica política e social brasileira, como os temas de raça e racismo, sejam abordadas como estruturais para o entendimento da identidade brasileira e de sua política externa. (NASCIMENTO; 2019; SANTOS, GOMES, FERNÁNDEZ, 2019; OLIVEIRA, 2020)

Tendo em vista a lacuna e o silêncio em torno de temas de raça e racismo na PEB, para além das discussões relevantes e crescentes sobre políticas públicas e ativismo internacional antirracista no e do Brasil (TRAPP, 2011; ALFONSO, 2019; AMORIM, SILVA, 2021; MESQUITA, 2021), estre trabalho busca posicionar a questão racial como o verdadeiro alicerce das leituras da identidade brasileira, bem como dos cálculos de preferências e interesses do "Brasil" em sua PE, aspectos que são, por vezes, tomados como dados.

A fim de permitir um olhar sobre a realidade que nos permita colocar os temas raciais como estruturais, considero o conceito de (in)segurança ontológica central para articular leituras críticas pós/de-coloniais a uma noção que entende a política e a sociedade como permeada por afetos e emoções, tais como amor, ódio, medo, angústia, insegurança, desejo, dentre outros. (VIEIRA, 2018) Tal abordagem permite um olhar mais profundo sobre os mecanismos traumáticos e duradouros do racismo e do colonialismo na construção das narrativas de identidade do Brasil. Essa perspectiva permite também analisar o Estado em si como um movimento colonial (Inayatullah e Blaney, 2004) e ver a PE como uma construção discursiva de fronteiras do Estado (CAMPBELL, 1992), o qual precisa de constante (re)articulação da diferença para legitimar sua própria existência (HANSEN, 2006).

Por muito tempo as populações negras e indígenas foram (e são) o bode expiatório brasileiro, ou o Outro interno odiado, responsabilizadas pelo subdesenvolvimento do Brasil por meio de narrativas e um imaginário coletivo baseado no racismo científico e nas políticas de branqueamento, que estão no cerne da construção do Brasil como Estado-Nação. Tais movimentos se tornaram ainda mais evidentes desde o crescimento da polarização e a guinada à direita que marcou os anos recentes da política brasileira (SARAIVA, 2020), a partir da qual as narrativas de identidade do Brasil voltam a se basear fortemente no mito da democracia racial. (ALFONSO, 2019)

Com o objetivo primário de apresentar e estimular diálogos mais aprofundados entre a PEB e lentes analíticas pós-estruturalistas (principalmente inspiradas pela psicanálise lacania-

CC BY NC SA

na) e pós-coloniais, apresento perguntas e reflexões iniciais para a condução de uma análise de política externa brasileira que vê a realidade como inerentemente discursiva e que entende o próprio conceito de política externa sob uma perspectiva ampliada. Entendo que essa iniciativa permite explorar uma lacuna nos estudos de PEB, que ainda privilegiam análises históricas – sob uma perspectiva majoritariamente da teoria do ator racional – em detrimento de abordagens que dialoguem mais com o campo de teoria das relações internacionais.

A fim de trazer ao centro das discussões de APE os temas de raça e racismo e como eles são estruturantes nas narrativas de identidade do Brasil, tanto para "dentro" quanto para "fora", este artigo, para além desta introdução está dividido em cinco partes. Na primeira, discutirei a conexão entre política externa e identidade, questionando as noções majoritárias do que é política externa e apontando como os discursos de identidade são potencialmente vazios e perigosos, baseados em significantes mestres e em construções de alteridade.

Em seguida, apresento a discussão de segurança ontológica em APE. A partir de uma perspectiva lacaniana, priorizo abordagens que entendem o sujeito como inerentemente fraturado, na qual a busca pela segurança ontológica (por meio dos discursos de identidade) não é apenas perigosa, mas impossível. Ademais, apresento um diálogo entre as literaturas de insegurança ontológica e pós-colonialismo, o que permite uma leitura racializada das construções identitárias no Brasil.

Posteriormente, apresento discussões sobre raça e racismo na política externa brasileira, abordando como o discurso racial brasileiro mudou desde o período da proclamação da República, quando havia a preponderância de um imaginário baseado no racismo científico, até a primeira década do século XIX. Descrevo como as políticas de branqueamento como política de Estado foram substituídas pela construção do lusotropicalismo e a do mito da democracia racial durante os anos 1930. Finalmente, demarco um terceiro momento de mudança no discurso racial brasileiro nos anos 2000, período no qual esse mesmo mito passa a ser abertamente questionado por discursos de Política Externa oficial desse mesmo mito nos anos 2000. A partir de um mapeamento dos três momentos do discurso racial brasileiro (VIEIRA, 2018), é possível analisar seus efeitos sobre as narrativas identitárias brasileiras, discursos que (re) estabelecem de quem ou para quem é o Brasil.

Por fim, as considerações finais refletem sobre a fragilidade da construção da segurança ontológica brasileira e aponta possíveis conexões entre o racismo no Brasil e o movimento reacionário, o qual ativamente disputa suas narrativas de identidade e pressiona para um retorno da política externa de denegação do racismo, retomando elementos dos discursos da democracia racial. Longe de estarem resolvidas, as profundas ambiguidades da identidade brasileira

parecem, na verdade, estar cada vez mais expostas, enquanto as elites brancas brasileiras seguem à busca de significantes mestres e que consigam ancorar suas fantasias coloniais.

POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E IDENTIDADE: DIFERENTES LENTES DE ANÁLISE

Para avançar a discussão proposta aqui, será necessário, primeiramente, rediscutir os entendimentos dominantes sobre o que é política externa e quais elementos caracterizam a PEB. A autora Letícia Pinheiro define política externa como:

> [o] conjunto de ações e decisões de um determinado ator, geralmente, mas não necessariamente, o Estado, em relação a outros Estados ou atores externos – tais como organizações internacionais, corporações multinacionais ou atores transnacionais – formuladas a partir de oportunidades e demandas de natureza doméstica e/ou internacional. Nesse sentido, tratar-se-ia da conjugação dos interesses e das ideias dos representantes de um Estado sobre sua inserção no sistema internacional tal como ele se apresenta ou em direção à sua reestruturação, balizados por seus recursos de poder. (PINHEIRO, 2004, p.7)

A partir de tal entendimento, a PEB tem sido majoritariamente interpretada como uma atuação relativamente contínua, orientada pelos seus princípios fundamentais (que mais adiante analisaremos como significantes mestres da PEB) e voltada para a "projeção" dos interesses nacionais ou das elites formuladoras da PE. Parte significativa dessa narrativa pode ser ilustrada no seguinte trecho do artigo publicado pelo então Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim na Revista Brasileira de Política Internacional:

> A credibilidade internacional do Brasil decorre, em grande medida, dos princípios que norteiam a sua política externa. Somos um país *pacífico*, que cumpre o direito internacional e respeita os direitos soberanos de outros países. Optamos por resolver os nossos conflitos diplomaticamente [...]. Vemos o *multilateralismo* como principal meio de resolver conflitos e tomar decisões a nível internacional. Defendemos os *interesses* brasileiros com *pragmatismo*, sem renunciar aos nossos valores. Estas nossas características de política externa têm sido mais ou menos constantes ao longo do tempo. As saídas têm sido raras e de curta duração. (AMORIM, 2010, p. 214, tradução e grifos meus).

Por outro lado, ainda pouco exploradas por analistas da PEB, abordagens pós-estruturalistas da Análise de Política Externa (APE) tomam o discurso como elemento central da realidade. Para essas abordagens, as narrativas de política externa atuam ativamente na construção

da identidade nacional do Estado por meio da delimitação discursiva de “Outros” estrangeiros em oposição ao “Eu” nacional/cidadão. (HANSEN, 2006) Nesse contexto, identidades são ao mesmo tempo produtoras e produzidas pelos discursos de política externa, sejam eles discursos formais de diplomacia, enunciados por representantes oficiais do Estado, ou práticas cotidianas de inclusão, exclusão, construção de regimes de verdade e da “história oficial”, nas quais podemos incluir também o papel dos acadêmicos e historiadores da PEB. (JARDIM, 2022)

Em oposição ao pressuposto de uma razão instrumental orientada por uma identidade interna pouco questionada, essa perspectiva defende que não existem identidades nacionais estáveis (CAMPBELL, 1992, p. 43). Assim, a Política Externa é entendida como “[...] a reprodução de uma identidade instável no plano do Estado [a qual busca, em grande medida] a contenção de contestações a essa identidade” (CAMPBELL, 1992, p. 78, tradução minha). Portanto, não há identidades nacionais que tenham sido estruturadas antes da ação internacional do Estado, ou seja, a identidade nacional (ou “doméstica”) não é ontologicamente anterior à interação com o internacional, o que promove uma mudança radical na compreensão do que é política externa e do papel das identidades em sua formulação.

Possibilitando um movimento de ampliação do conceito de política externa, Campbell (1992) apresenta uma distinção muito relevante entre “Política Externa” e “política externa”. Enquanto “Política Externa”, em seus termos, são as atividades oficiais e burocráticas que nosso senso comum entende como política externa (como tratados, discursos oficiais e reuniões), “política externa” refere-se a “todas as práticas de diferenciação ou modos de exclusão (possivelmente construídos como relações de alteridade) que constituem seus objetos como ‘estrangeiros’ no processo de lidar com eles” (CAMPBELL, 1992, p.76, tradução minha).

Segundo ele, a “política externa” opera em todos os níveis sociais, desde as relações pessoais até as ordens globais, pois estabelece os entendimentos coletivos sobre o que é “doméstico” e o que é “internacional”, ou quem deve ser protegido como “cidadão” e quem ou o que o ameaça e, portanto, deve ser tratado como “estrangeiro”. Desse modo, a conceitualização de Campbell (1992) sobre como os discursos cotidianos do “eu” e “outro” constroem e reforçam as noções de identidade nacional que embasam a Política Externa oficial, entende-se, portanto, que essas noções são essencialmente fluidas e precisam ser constantemente reconstruídas a partir da contenção de narrativas concorrentes.

Contudo, apesar de estarem sempre em (re)construção, sabe-se que as identidades perduram no tempo. Isso ocorre devido ao papel central que identidades possuem em ancorar discursos, e noções de estabilidade do “eu”, o que entendemos como segurança ontológica. Assim, para além de uma abordagem que toma a realidade como essencialmente discursiva,

é necessário também considerar a relevância dos afetos e emoções como parte indissociável do mundo político e social. Um exemplo disso é o nosso apego a identidades para nos conceder um senso de subjetividade e agência. No mundo contemporâneo, é inquestionável a relevância de termos que envolvam nacionalidade, identidade de gênero, cor da pele/ etnia, orientação ideológica, religião, dentre outros, para ajudar-nos a descrever quem somos. Tal movimento pode, em certa medida, ser transposto para os discursos de identidade nacional.

No entanto, é necessário refletir sobre como as estruturas que proveem segurança ontológica ao Brasil (e ao brasileiro), a partir da (re)produção do discurso de que a nação seja uma entidade relativamente coesa (tais como os discursos sobre identidade brasileira na política externa), na verdade mascaram, provocam e até legitimam uma permanente insegurança ontológica para grande parte dos brasileiros: todos aqueles que não cabem e/ou não são bem-vindos a essa ideia/identidade discursiva de "Brasil" e à imagem do "cidadão de bem" brasileiro.

Assim, termos comuns na PEB, como "autonomia" e "desenvolvimento" (VIGEVANI, CEPALUNI, 2007) não serão mais entendidos como princípios norteadores da ação externa do país, os quais supostamente refletiriam leituras das elites sobre o interesse nacional. (LIMA, 2005) Dentro da abordagem proposta aqui, tais termos, assim como "pacifismo", "multilateralismo", entre outros, podem ser analisados como significantes mestres, ou seja, termos que ancoram as narrativas de identidade brasileiras. Apesar de conferirem uma sensação de estabilidade e consistência ao discurso ao longo do tempo, tais significantes não possuem significados fixos, sendo, em última instância, significantes vazios (EDKINS, PIN-FAT, 2006). Então, esses termos são considerados objetos últimos da fantasia do destino manifesto do Brasil, "o país do futuro", e tornam possível diversos movimentos coloniais e racistas do Estado-Nação brasileiro. (VIEIRA, 2018; JARDIM, 2022).

(IN)SEGURANÇA ONTOLÓGICA: FRATURAS COLONIAIS E O VAZIO DOS DISCURSOS DE IDENTIDADE

Os estudos de segurança ontológica em RI baseiam-se nas contribuições da psicanálise de RD Laing (1990 [1960]) e da sociologia de Anthony Giddens (1991) (apud KINNVALL; MITZEN, 2017, p.4). Diferentemente das abordagens convencionais em RI, tais visões incluem como principal preocupação do Estado não mais a sua segurança material, voltada à manutenção da sua sobrevivência. Abordagens da segurança ontológica colocam como objetivo central do Estado a construção e manutenção da sua "segurança como ser", uma preocupação com a

subjetividade (GIDDENS, 1991 apud KINNVALL, MITZEN, 2017, p.3). Desse modo, os estudos de segurança ontológica assumem que todos os atores sociais precisam ou buscam um senso estável sobre si para que possam se conceber como agentes no mundo social. Tal noção estável sobre sua própria identidade pode estar baseada tanto em uma narrativa histórica continuidade biográfica quanto pelo reconhecimento de suas relações com outros sujeitos. (KINNVALL, MITZEN, 2017, p.3)

Croft e Vaughan-Williams (2017) descrevem que uma continuidade biográfica, um conjunto de relações de confiança, auto integridade e medo são elementos essenciais para a segurança ontológica. Assim, "quando se desestabilizam as relações e entendimentos [sobre si] nos quais os atores se baseiam, a segurança ontológica é ameaçada, e o resultado pode ser ansiedade, paralisia ou violência." (KINNVALL, MITZEN, 2017, p. 3, tradução minha)

Assumindo que as narrativas de política externa buscam se embasar em discursos identitários que já fazem parte da segurança ontológica daquele país, assim como também podem modificá-las, entende-se que os discursos de identidade também podem ser direcionados para o "dentro", para os nacionais, como um mecanismo de legitimação e reconstrução da existência do próprio Estado. Para além, como também argumentam outras abordagens de APE, tais discursos de identidade podem também ser "dirigidas externamente, buscando reconhecimento de pares percebidos como proeminentes, embora sua importância relativa possa variar dependendo contexto" (BROWNING, 2015, p.199, tradução minha). Em última instância, portanto, a política externa pode ser vista como uma forma de moldar e influenciar as identidades nacionais - e não de projetar interesses e identidades pré-existentes - bem como de proporcionar segurança ontológica aos indivíduos.

As teorias de segurança ontológica assumem que um estado de ruptura nas bases da segurança ontológica e nas narrativas biográficas que a embasam pode comprometer a autoidentidade do sujeito ou sua "capacidade de sustentar uma narrativa linear e responder a perguntas sobre fazer, agir e ser" (KINNVALL, MITZEN, 2017, p.7, tradução minha). No entanto, tratando-se de Estados – e não de indivíduos – é preciso ter cautela ao se aplicar tal arcabouço, pois ele pressupõe uma capacidade de auto reflexividade. Como neste trabalho não sigo uma perspectiva que trate o Estado como um ator unitário racional, alguns elementos precisam ser levados em consideração para fazer esse movimento de aplicar discussões sobre segurança ontológica aos estudos da PEB.

Primeiramente, a expectativa de um "eu" coeso pode ser irrealista mesmo se aplicada a indivíduos e, nos tempos modernos, o Estado pode ser visto como um dos principais provedores de segurança ontológica aos indivíduos (KINNVALL, MITZEN, 2017, p. 8). O nacionalismo

pode, sob estas lentes, ser reinterpretado como uma das principais ferramentas do Estado para promover o sentido de ser dos indivíduos e gerir a insegurança ontológica dessas sociedades, que, numa perspectiva pós-moderna crítica, é inerente a qualquer indivíduo ou ator. De acordo com Browning (2015, p. 198): "Além das demandas por bem-estar e segurança física, espera-se que os líderes políticos forneçam uma narrativa coerente da sociedade, sua natureza e lugar no mundo, por meio do esboço de um senso de missão e propósito nacional."

Em uma abordagem bastante diferente da sociologia de Giddens, é importante considerar as literaturas de segurança ontológica que se baseiam na psicanálise lacaniana aplicada às ciências sociais. Tal movimento permite a diferenciação entre "identidade" e "subjetividade/eu", o que não é possível sob Giddens. Por outro lado, em uma abordagem que privilegie uma leitura sob a ótica da psicanálise lacaniana, não há um "eu" coeso, uma vez que o sujeito está fundamentalmente cindido/partido, de modo que sempre haverá uma falta fundamental. (SOLOMON, 2015, STAVRAKAKIS, 2007)

Tal vazio essencial na leitura lacaniana ocorre pois o processo de construção da identidade é mediado pela linguagem, por significantes mestres e vazios, dimensão que os autores lacanianos chamam de simbólico, ou seja, essencialmente, o domínio do "Outro", da linguagem (EDKINS, PIN-FAT, 1999). O pré-social não envolve palavras, enquanto, por outro lado, as palavras são fatos sociais que já existiam e já intermediavam relações antes de nascermos. Por outro lado, não há identidades anteriores ao processo de interação social, o que garante que tais termos identitários estejam sempre em (re)construção. (ZEHFUSS, 2001)

A esse respeito, Epstein descreve que: "[n]a análise de Lacan, o trabalho social ou ordem simbólica é centralmente constitutivo da identidade. O que torna a identidade possível em primeiro lugar é a inscrição do indivíduo na ordem simbólica, processo pelo qual ele se torna um sujeito discursivo [...]". (EPSTEIN, 2010, p.336, tradução minha). A autora sintetiza que esse processo gera uma perda, ou alienação fundamental pela linguagem do Outro e: "[...] é justamente a falta que está no cerne da identidade. É também o que anula a possibilidade de um "eu" fechado e coeso" (EPSTEIN, 2010, p.336, tradução minha). Assim, "[...] a relação 'eu-outro' é constitutiva da identidade [...] a relação com o outro é o próprio local onde sua identidade original toma forma". (EPSTEIN, 2010, p.337, tradução minha).

No entanto, mesmo dialogando com abordagens pós-modernas, não estou assumindo que os discursos identitários e de segurança ontológica só acontecem por meio da gestão da diferença e da mobilização do medo. A construção do "Outro" ainda é central para a análise e construção do "Eu", entretanto, entendo a necessidade também de olhar com mais atenção para a construção de "amizades", "grupos" ou outras formas de relação com o outro que não

seja por meio da alteridade radical. Ainda que haja diferenças entre aliados ou amigos, há algo que permite que tais diferenças possam ser respeitadas e não interpretadas como fonte de medo, o que pode ser um ponto relevante de análise.

Hansen (2006, p.35) sugere que assumir que a política externa é sempre construída em direção a um Outro radical restringe e condicionaria ontologicamente a pesquisa, impedindo a análise de exemplos possivelmente diferentes. De acordo com Browning e Joenniemi (2017), a amizade fortalece a certeza moral e o senso de certo e errado. Dessa forma, a amizade importa porque molda e reforça a "identidade", ou o sentido do "eu". (BROWNING, JOENNIEMI, 2017, p.42) Portanto, a estrutura de segurança ontológica também tem uma ligação íntima com a dinâmica de reconhecimento, já que a subjetividade "precisa ser continuamente reivindicada, disputada, performada e articulada." (BROWNING, JOENNIEMI, 2017, p. 42, tradução minha)

O segundo movimento que se deve ter em mente ao aplicar abordagens de segurança ontológica na APE e na PEB é que o Estado, apesar de não ter um "eu" em sentido estrito, ele fala e possui interlocutores. Se considerarmos a construção do sujeito como um ato narrativo, talvez seja possível compreender que tipo de identidade – ou discursos de identificação (EPSTEIN, 2010) – o Estado tem usado para administrar sua (in)segurança ontológica. Levando o argumento adiante, é possível dizer que o Estado não apenas usa narrativas biográficas para implementar determinadas políticas, mas considera que os Estados são narrativas biográficas por si próprios. (BERENSKOETTER, 2014)

A construção de narrativas biográficas sobre o Estado passa necessariamente pelo trabalho dos acadêmicos e historiadores que, ao construir a "história oficial", delimitam heróis nacionais, carregam visões normativas sobre a razão de ser do Estado, garantindo que determinados eventos se mantenham na memória social e que outros sejam deliberadamente esquecidos, oferecendo leituras e diagnósticos sobre o presente e desenhando o futuro desejado em direção ao qual devemos caminhar.

Em terceiro lugar, mesmo que as identidades – e os discursos de identidade do Estado – estejam sempre em construção, isso não significa que não há alguma estabilidade ou discursos de identidade recorrentes. Isso acontece porque "uma narrativa coerente pode incluir todos os tipos de mudança, desde que seja mantida uma ligação sensata entre o 'antes' e o 'depois'" (BERENSKOETTER 2014, p. 279 apud SUBOTIC 2016, p. 614, tradução minha). Assim, uma consequência dessa perspectiva, como já mencionado, que as narrativas identitárias são fundamentalmente normativas:

> Eles carregam um desejo por uma ordem social particular e um conjunto particular de práticas e políticas sociais. É por isso que não podemos entender o comportamento do Estado se não entendermos qual é a narrativa normativa que sustenta as escolhas políticas que os atores fazem. (SUBOTIC, 216, p. 613)

Assim, segundo Subotic (2016, p. 615), a narrativa estatal é complexa e multidimensional e, devido ao seu caráter, os estados podem ativar ou desativar seletivamente determinadas narrativas em momentos de grande estresse ontológico.

O quarto e último movimento proposto aqui é que o "eu" precisa ser considerado como algo diferente dos discursos identitários, o que é dissonante da abordagem de Giddens (1991). Como destacam Browning e Joenniemi (2017, p.38), a importância de dissociar a segurança ontológica da identidade e manter a ênfase no "eu" reflexivo reside em evitar o foco em uma agenda de estabilidade de identidade, que poderia promover uma naturalização da "necessidade de buscar e sustentar a integridade e a consistência de sua identidade [o que] poderia despolitizar perigosamente o ato de proteger uma narrativa biográfica do Estado [...]". (BROWNING, JOENNIEMI, 2017, p.38, tradução minha).

Este trabalho também considera a relevância de manter a identidade e a segurança ontológica como duas ideias diferentes. De acordo com Browning e Joenniemi (2017, p.32, tradução minha), as identidades podem ser entendidas "como elementos cruciais nas tentativas do eu de alcançá-la [a segurança ontológica]". Desse modo, em vez de lidar com "eu" e "identidade" como sinônimos, eles sugerem que "a análise de segurança ontológica [...] se beneficiaria da análise de como os sujeitos se conectam a identidades particulares e por que eles articulam reivindicações de identidade da maneira que o fazem". (BROWNING, JOENNIEMI, 2017, p.32, tradução minha)

De forma semelhante, Kinnvall (2017) descreve que "a busca por identidades unitárias, consistentes e singulares continua a desempenhar um papel crucial nas narrativas lineares que pessoas e grupos constroem para dar sentido a si mesmos" (KINNVALL, 2017:97, tradução minha). Stuart Hall enfatiza o componente de poder dos discursos de identidade: "[...] as identidades culturais importam não porque nos fixam politicamente, mas porque são o que está em jogo – o que se ganha ou se perde – na política cultural." (HALL, 2017, p.130, tradução minha)

Assim, proponho uma reflexão sobre os discursos de política externa brasileira – não apenas os oficiais, mas também as práticas cotidianas - e como eles constroem determinadas identificações enquanto excluem e denegam outras. É preciso entender esse movimento como deliberado, que mascara e normaliza violências contra os outros internos odiados, que, mesmo habitando dentro das mesmas fronteiras nacionais, são vistos pelo projeto colonial estatal como manchas a serem apagadas.

CC BY NC SA

ARMADILHAS DA SEGURANÇA ONTOLÓGICA: BODES EXPIATÓRIOS E A NECESSIDADE DO MOVIMENTO DE/PÓS-COLONIAL

A busca por segurança ontológica é potencialmente perigosa (ROSSDALE, 2015), pois procura estabelecer narrativas de identidade estáveis, homogeneizantes, o que potencialmente exclui quaisquer outras narrativas, formas ou temporalidades de ser. A ausência de segurança ontológica, para a maioria dos autores dessa linha de análise, causa extrema ansiedade e sensação de vazio, por isso os sujeitos a percebem. No entanto, sob uma abordagem lacaniana do sujeito, o impulso para a segurança ontológica é uma fantasia, impossível de ser realizada (EDKINS, PIN-FAT, 1999; STAVRAKAKIS, 1999, 2007; SOLOMON, 2015; EBERLE, 2017). Seu processo interminável de desejo pelo sentimento de gozo (termo cunhado por Lacan para representar o sentimento último de completude e prazer) se dá através do processo de identificação com objetos de desejo, ou objetos ausentes, que podem ser objetos materiais de consumo de ideais gerais presentes nos discursos oficiais Política Externa como liberdade, justiça ou democracia. (SOLOMON, 2015)

No entanto, esses objetos de desejo geralmente são significantes mestres, termos-chave como pai, mãe, justiça, estado, Deus, liberdade, democracia, soberania, dentre outros. Segundo Solomon (2015), significantes mestres:

> [...] atuam como âncoras temporárias de sentido e investimento afetivo por seu papel central na estruturação da subjetividade. [...] [S]ão palavras que aceitamos como nossas, como definindo a nós mesmos e aos outros, e são aquelas em torno das quais nossas identidades e nossa compreensão das identidades dos outros se unem. (SOLOMON, 2015, pp.27-28, tradução minha)

De acordo com Edkins e Pin-Fat (2006, p.8), sem significantes mestres não podemos ter linguagem nem ordem simbólica. No entanto, embora funcionem como âncoras em um determinado período de tempo, eles também são significantes em última instância vazios, não tendo um significado último fixo, quais são as próprias condições de possibilidade que permitem ao sujeito se identificar com ele pelo uso de seu imaginário (STAVRAKAKIS, 1999, 2007; SOLOMON, 2015). A realidade social é o reino da impossibilidade, e, no entanto, sem a fantasia social como suporte, 'somos deixados para enfrentar o Real traumático.' (EDKINS, PIN-FAT, 2006, p. 9, tradução minha)

CC BY NC SA

A frustração de nunca se alcançar a segurança ontológica (ou uma sensação de plenitude nos termos de Edkins e Pin-Fat, 2006) é, então, projetada para um bode expiatório, que será responsabilizado pela falta e pela ausência de gozo ou, no caso do Brasil, pela frustração de o "país do futuro" ainda se manter no passado e nunca ter atingido o seu pleno "desenvolvimento". O bode expiatório costuma ser retratado também como aquele que goza à custa de suas "vítimas" e, somente através da narrativa de um bode expiatório é que um grupo pode construir a narrativa de identidade. (STAVRAKAKIS, 2007; SOLOMON, 2015). Segundo Solomon (2015) Se a identidade é, em última análise, ambígua e insegura, então o aparecimento de uma "verdadeira" identidade ou de uma "essência" depende da produção de Outros como bodes expiatórios nos quais projetar a frustração da identidade:

> Só assim posso ser persuadido de que o responsável pela impossibilidade de realizar minha identidade (universalizada), o que está limitando minha identidade, não é a ambiguidade e a contingência inerentes a toda identidade [...] mas a existência ou a atividade de um grupo localizável: os judeus, os imigrantes, a nação vizinha e assim por diante, isso é visto como um impedimento ao gozo. (SOLOMON, 2015, p.39, tradução minha)

Assim, o bode expiatório pode ser qualquer coisa e não necessariamente a narrativa precisa apresentar coerência interna (e geralmente não apresenta), por exemplo, refugiados na Europa que estão roubando empregos de nacionais enquanto ao mesmo tempo se beneficiam do seguro-desemprego e aumentam os gastos do Estado (EBERLE, 2017)

Um exemplo na história da política externa brasileira foi a proclamação da República, um importante mecanismo das elites na tentativa de apagar o passado escravista, que agora pertenceria apenas ao período monárquico do Brasil. Para autores do pensamento social brasileiro, a proclamação da foi uma forma de iniciar uma nova história e apagar a anterior, uma construção ativa de política externa de denegação do racismo. Pouco depois da promulgação da República, Rui Barbosa, ministro da Fazenda, ordenou que todos os registros de escravidão nos arquivos nacionais fossem queimados. Guiada por uma ideia de progresso muito restrita, moderna e colonial, a República institucionalizou a perseguição e destruição de espaços afro-brasileiros como os cortiços e as capoeiras, sendo o principal exemplo os Pereira Passos reforma urbana no Rio de Janeiro, a cidade com maior população negra das Américas. (NASCIMENTO, 2016; SCHWARCZ, 2013)

Schwarcz (2013, p. 19) nos lembra que o Hino da República, criado em 1890 (apenas um ano e meio após a abolição da escravatura) proclamava com orgulho: "Nós nem cremos que escravos outrora/ Tenha havido em tão nobre país!" (SCHWARCZ, 2012, 19), como se os brasi-

leiros já pudessem esquecer a escravidão ou fingir que ela nunca existiu. A este respeito, a psicanálise ensina-nos a suspeitar daquilo que é ativamente negado – ou denegado (GONZALEZ, 1989) – e a acreditar que essa repetida negação na verdade nos diz exatamente o contrário.

Essas discussões me levam a questionar se, e em que medida, as narrativas lineares dominantes na política externa brasileira poderiam ter sido uma forma de disciplinar a insegurança ontológica latente brasileira? Como descrevem Croft e Vaughan-Williams (2017, p.20), as posições ontológicas seguras são precárias e altamente políticas, podendo causar insecuritização dos outros sendo, portanto, uma lógica inerentemente sacrificial.

No entanto, deve-se ter cautela ao usar a ontologia psicanalítica para levantar questões sobre o "eu brasileiro". As autoras brasileiras Lelia Gonzalez e Neusa Santos Souza oferecem algumas ferramentas importantes para considerar que, em algum grau, a psicanálise e os estudos de segurança ontológica (mesmo os críticos), ainda precisam ser descolonizados, uma vez que se baseiam no pressuposto de uma ontologia universalizante: o sujeito lacaniano, essencialmente fraturado (Edkins e Pin-Fat, 2006), independentemente do contexto. É importante ter em mente que tal sujeito é inspirado nos moldes modernos do homem branco europeu, o sujeito "bem-sucedido" da modernidade, que apenas pode sê-lo se contrastado ao Outro produzido pelo colonialismo/racismo.

Seguindo uma perspectiva pós-colonial, não há sujeito na modernidade que não seja produto do colonialismo e, portanto, do racismo (QUIJANO, 2005), não só os colonizados, mas também os colonizadores. (NANDY, 1989) Assim, mesmo que a Psicanálise pareça facilmente combinável com abordagens hibridistas no Pós-colonialismo – considerando também que alguns dos grandes autores Pós-coloniais foram/são psicanalistas, como Fanon e Nandy – é importante ter em mente o contexto em que esses sujeitos são fraturados: eles são o produto direto do racismo.

OS TRÊS MOMENTOS DO DISCURSO RACIAL BRASILEIRO: BRANQUEAMENTO, LUSOTROPICALISMO E O QUESTIONAMENTO AO MITO DA DEMOCRACIA RACIAL

Como amplamente apoiado pelas literaturas pós-coloniais (FANON, 1961; MILLS, 1999; VIEIRA, 2017), o racismo é uma categorização arbitrária e hierárquica da desumanização do outro, criada com intenções políticas de legitimar o domínio colonial europeu sobre outros povos do mundo. Segundo Mills (1999), o mundo moderno é baseado em um "Contrato Racial", que

torna atrocidades como o colonialismo na Índia e nas Américas ou o Holocausto Judaico não apenas compreensíveis, mas centrais para a dinâmica do nosso mundo social. O contrato racial priva indivíduos não-brancos de sua humanidade e torna aceitável que eles sejam subjugados, explorados e exterminados, ao mesmo tempo em que cria uma epistemologia da ignorância para indivíduos brancos, que vivem em um mundo daltônico, inventado e delirante (MILLS, 1999), permitindo que o racismo seja escondido mesmo à vista de todos (HENDERSON, 2015).

Stuart Hall (2017:45-46) descreve que "raça" é um discurso e opera como um significante deslizante, com efeitos "reais" ao se tornar um regime de verdade, afetando diretamente as práticas sociais e a constituição das relações de poder. De maneira semelhante, Mbembe (2017, p.6) descreve que a negritude e a raça pertencem a uma cadeia de significantes abertos e, embora não exista como fato físico, antropológico ou genético, sua existência não é imaterial e, em muitos casos, consiste em "[...] uma figura autônoma do real cuja força e densidade se explicam pela sua característica mobilidade, inconstância e capricho." (MBEMBE, 2017, p.11, tradução minha)

Mbembe (2017, p.28) cria o termo "razão negra" para nomear a consolidação do racismo no imaginário coletivo. Segundo ele, ela:

> [...] nomeia não apenas uma coleção de discursos, mas também práticas – o trabalho cotidiano que consistia em inventar, contar, repetir e criar variações de fórmulas, textos e rituais cujo objetivo era produzir o homem negro como um ser racial, sujeito e lugar de exterioridade selvagem, que foi, portanto, configurado para desqualificação moral e instrumentalização prática. Podemos chamar essa narrativa fundadora de consciência ocidental da negritude. (MBEMBE, 2017, p.28, tradução minha)

Assim, ainda que não seja embasada biologicamente, no sentido discursivo, a cadeia de equivalências de raça possibilita que a diferença genética, física, social e cultural exista de fato. (HALL, 2017, p.69) Segundo Mbembe (2017, p.17, tradução minha), enquanto objetos de discurso e de conhecimento, o "Homem Negro foi construído como uma figura bestial pré-humana, encerrada na sensação e na necessidade biológica". Assim, pessoas negras também são colocadas em outra temporalidade separados por uma divisão temporal intransponível (MBEMBE, 2017, p.17, tradução minha)

O racismo foi, durante um longo período do século XIX e início do século XX, uma suposta abordagem "científica", que se dizia explicar o subdesenvolvimento e uma alegada superioridade intelectual dos povos europeus. No entanto, as narrativas de superioridade racial tiveram profundas implicações na constituição de sociedades e sujeitos pós-coloniais e, jun-

CC BY NC SA

tamente com todo o quadro colonial, estabeleceram um eu colonial através da humilhação e baixa autoestima. O colonizado sempre buscaria ser uma imagem espelhada do colonizador europeu. Ainda assim, esta imagem espelhada estaria sempre incompleta e distorcida, uma cópia malfeita do ideal europeu (BHABHA, 1990).

De acordo com Anievas, Manchanda e Shilliam (2015, p.9, tradução minha), "a derrota do argumento biológico na UNESCO não impediu necessariamente a transferência do determinismo racial para o reino da cultura e da etnicidade" (ANIEVAS, MANCHANDA, SHILLIAM, 2015, p.9, tradução minha). Não é verossímil, portanto, tratar a questão racial como superada. Buscando levar a sério seu legado traumático, duradouro e estrutural na sociedade brasileira, debateremos a seguir alguns de seus impactos na construção do que se entende por identidade brasileira e por discursos de política externa.

Seguindo uma perspectiva hibridista para entender a constituição do "eu" brasileiro, bem como introduzindo o pós-colonialismo nos estudos de segurança ontológica, Vieira (2018) investiga como os discursos de hibridismo racial no Brasil são "[...] movimentos de busca de segurança para acomodar as ansiedades das elites sobre o status auto infligido do Brasil como um 'outro inferior'." (VIEIRA, 2018, p.13, tradução minha)

Citando Franz Fanon e Bhaba, Vieira (2018, p.11) descreve que as políticas de assimilação branca levaram à fragmentação do sujeito colonial, que "articularam de forma criativa uma autocompreensão pós-colonial híbrida, fundindo marcadores de identidade ocidentais e não-ocidentais, mas favorecendo os primeiros, como o Outro desejado". (VIEIRA, 2018, p.4, tradução minha) Na mesma linha, Mbembe (2017, p.15) descreve que as novas elites usaram a ideologia da mestiçagem para negar a questão racial, o que paulatinamente apagou a contribuição dos afro-latinos para o desenvolvimento histórico da América do Sul.

Souza (2017, pp.54-55,64) descreve que as famílias brasileiras do século XIX eram patriarcais e poligâmicas, pois os grandes proprietários de terras costumavam ter muitos filhos "não legítimos", principalmente com criadas negros, mas também com indígenas. Esses descendentes recebiam, muitas vezes, a mesma educação dos filhos "legítimos" e possuíam alguma possibilidade de ascensão social. Os mestiços muitas vezes desempenhavam funções de confiança, como controle de mão de obra e caça de escravizados fugitivos, bem como serviços militares em disputas de fronteiras terrestres. Essas "famílias patriarcais ampliadas" abririam para a primeira versão da estruturação ambígua da sociedade brasileira. Segundo ele Souza (2017), nos EUA esse tipo de função era exercido apenas por brancos, enquanto no Brasil a predominância era de mestiços: "[n]ota-se, desde aí, a ambiguidade entre possibilidade de ascensão social para os mestiços no familismo patriarcal em troca de identificação com os va-

lores e interesses do opressor" (SOUZA, 2017, p.55). Assim, categorias como mestiço, crioulo, mulato ou (mais tarde mais comum moreno e pardo) foram criadas como categorias inerentemente híbridas, para apagar progressivamente a herança africana e indicar impureza, uma mistura imprópria que não deveria existir (RIBEIRO, 2018). No Brasil, os mestiços passaram a ter algum tipo de mobilidade social, principalmente os de pele mais clara, cristãos e com formação acadêmica (GUIMARÃES,1999, p.47 apud SOUZA, 2017, p.71). Ser branco, ou, para usar os termos de Fanon, usar uma máscara de branco, significaria, naquele momento, favorecer a modernização do Brasil.

Nesse contexto, as políticas brasileiras de branqueamento, por meio do estímulo à migração europeia para o país (FERREIRA, 2002), representaram um primeiro movimento na história racial do Brasil em que as elites tentaram apagar, ou, pelo menos, esconder as heranças africanas tanto no fenótipo quanto nas manifestações culturais brasileiras (VIEIRA, 2018; SOUZA, 2017). As leis de imigração após a abolição da escravatura foram criadas sob a estratégia de abolir a "mancha negra" da população brasileira. Segundo Nascimento (2016, p. 86) o decreto de 28 de junho de 1890 permite a entrada livre de indivíduos aptos ao trabalho, exceto originários da Ásia ou da África, que só poderiam ingressar com autorização do Congresso Nacional. Nascimento destaca como o argumento de que faltava mão de obra no Brasil era uma falácia apoiada por ideólogos do branqueamento, já que os afro-brasileiros recentemente livres seriam deixados para morrer sem possibilidade real de inclusão no mercado de trabalho e cada vez mais substituídos por europeus com a esperança de gradualmente embranquecer a população brasileira.

Assim, o processo de miscigenação foi potencializado com a "importação" de milhões de europeus para o Brasil. Souza (2017, p.70) descreve que a proporção de mulatos cresceu de 10% para 41% no final do século XIX, devido à forte miscigenação e casamentos inter-raciais. No mesmo sentido, de acordo com Biondi (s.a.), entre 1889 e 1930 ingressaram no país mais de 3,5 milhões de estrangeiros, o que corresponde a 65% do total de imigrantes entre 1822 e 1960.

Muitas vezes, de 1921 a 1923, os legisladores brasileiros discutiram leis para proibir a entrada de negros no país. Quase no final da ditadura de Getúlio Vargas, em 18 de setembro de 1945, o presidente assinou o decreto que regulamentava a entrada de imigrantes no Brasil segundo a necessidade de preservar e desenvolver seu componente étnico, com as características que fossem mais convenientes ao país – ou seja – a ascendência europeia. (NASCIMENTO, 2016, p. 86)

Por outro lado, as narrativas da história da PEB são contadas de outra forma. Para refletir sobre a questão, observemos o trecho de uma das principais obras sobre a identidade internacional do Brasil:

> O Brasil, como apontou Darcy Ribeiro, é uma confluência de variadas matrizes raciais e distintas tradições culturais que, na América do Sul, sob a regência dos portugueses, deu lugar a um povo novo. Este não é propriamente um povo transplantado, que tenta reconstruir a Europa em novas paragens. [...] É um novo mutante, com características próprias, mas inequivocamente atrelado à matriz lusitana, em função da unidade da língua no vasto espaço nacional. [...] A herança ocidental lusitana teve o seu repertório enriquecido e modulado pelos componentes não-europeus históricos do Brasil – os índios e os africanos. A esta matriz cultural e demográfica se agregaram, pela fluidez das correntes imigratórias nos séculos XIX e XX, outros componentes europeus [...] e não-europeus [...]. Daí, apesar do persistente dilema da exclusão social, o Brasil permanece um país no pluralismo de sua escala continental e de sua composição multiétnica, linguisticamente homogêneo, propenso à integração cultural e razoavelmente aberto ao sincretismo da diversidade. [...] um *Outro Ocidente*, mais pobre, mais enigmático, mais problemático, mas não menos Ocidente. (LAFER, 2014, pp.38-40)

Neste trecho, retirado de um cânone na área de estudos sobre a identidade internacional do Brasil nos estudos da PEB, originalmente publicado em 2000, podemos ver – por trás da narrativa de democracia racial que estrutura as narrativas identitárias do Brasil em grande parte do século XX - a negação do genocídio indígena e da deliberada exclusão, encarceramento e extermínio dos negros recém libertos após o fim da escravidão no Brasil, que culminou em uma questão estrutural da sociedade brasileira. A negação desse fato, em última instância, estrutura as bases da história da política externa brasileira. O trecho garante que reforcemos o mito da democracia racial como fundante da identidade brasileira e, para tal, que convenientemente nos esqueçamos das violências sistemáticas que esse discurso mascara e permite.

Nesse contexto, a política externa brasileira construiu no início do século XX o seu pai e herói fundador. Segundo Celso Lafer, Rio Branco é a inspiração do estilo diplomático que caracteriza o Brasil: uma mediação construtiva de "desdramatiza" a agenda de política externa, reduzindo conflitos e crises, com um senso comum guiado pelo realismo ao avaliar as dinâmicas de poder internacionais e tratar de temas relativos à inserção internacional do Brasil. (LAFER, 2000, p. 47).

Ao contrário do que ainda sistematicamente negamos, no início do século XX, os principais idealizadores da diplomacia brasileira, Barão do Rio Branco e, posteriormente, Joaquim Nabuco, foram profundamente influenciados pela ideologia do branqueamento, o caminho civilizatório que levaria o país para o desenvolvimento nacional:

> Nabuco vislumbrou uma política externa centrada na íntima cooperação com aquele que era visto como o principal beneficiário da modernidade europeia, os Estados Unidos, que ele descreveu como possuindo uma "imensa influência moral na marcha para a civilização" (VIEIRA, 2018, p.14).

CC BY NC SA

Assim, o americanismo na política externa brasileira, um marcador utilizado para analisar os movimentos de aproximação da PEB em relação aos Estados Unidos ao longo da história e que é normalmente descrito como um cálculo pragmático para promover os interesses nacionais, também teve suas raízes no racismo e no colonialismo. Isso porque os EUA passaram a personificar o outro desejado pelo Brasil, um irmão mais velho, no qual o país deveria se espelhar, uma vez que, mesmo tendo passado pela colonização, os estadunidenses a superaram e alcançaram o tão desejado desenvolvimento industrial moderno.

Um segundo momento na história racial do Brasil é o lusotropicalismo, momento que se baseia, entre outros, nas contribuições de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda para o pensamento social brasileiro. (SANTOS, 2002; VIEIRA, 2018; SOUZA, 2017) Segundo Souza (2017), não havia uma identidade brasileira antes da obra de Freyre, e suas contribuições ainda são muito relevantes para o imaginário nacional contemporâneo, consolidando, entre outros elementos importantes, a ideia do Brasil como uma democracia racial.

De certa forma, o lusotropicalismo de Freyre, assim como o estereótipo do brasileiro como "homem cordial" construído por Holanda, representou um movimento de autoestima para os brasileiros. Os autores lusotropicalistas defendiam que o Brasil tem uma contribuição única para o mundo devido à sua rara miscigenação racial e integração cultural, promovidas pela mistura entre portugueses, africanos, indígenas, além de outras culturas europeias e orientais. Essa grande miscigenação teria dado origem a uma democracia racial, unicamente tolerante, um "outro Ocidente", não apenas diferente, mas melhor que a Europa e os EUA. (VIEIRA, 2018, p.15)

Fortemente apoiado pelo nacionalismo de Getúlio Vargas, o lusotropicalismo pode ser entendido como um discurso de "política externa", nos termos de Campbell (1992), uma vez que delimita os elementos que compõe a identidade brasileira em relação ao outro estrangeiro. A fim de fortalecer tal narrativa e a construção de um senso coeso de Brasil, tal narrativa, que era construída "domesticamente", foi também reforçada por meio da Política Externa cultural brasileira, que, à época, promovia o samba e personagens que eram representantes estereotipados do brasileiro, como Carmen Miranda e Zé Carioca. Dentro dessa narrativa, ser um país de mestiços seria algo inerentemente bom, uma vez que conferia características únicas ao brasileiro, como pacífico, cordial, alegre, o Outro ocidente.

Nesse contexto, o homem e a mulher mulatos representavam o próprio hibridismo e, ao mesmo tempo, uma ideia que unificava os brasileiros, que não seriam nem brancos, nem negros, nem indígenas, mas unicamente brasileiros. Construiu-se, então, uma narrativa diferente, a partir da ideia da excepcionalidade pós-colonial do Brasil e, mesmo nas relações com

o Terceiro Mundo a partir da década de 1960, esse era o pensamento ao lidar com ex-colônias africanas e asiáticas. (VIEIRA, 2018, p.16)

Nesse momento, contudo, é evidente que o Terceiro Mundo ainda ocupava na construção do "eu" brasileiro – por meio dos seus discursos de política externa – o lugar do outro inferior, aquele com o qual o Brasil não quer se parecer:

> A autonarrativa "fantasiosa" do Brasil de uma nação mestiça e tolerante levou sua política externa a um papel diferente, como uma "ponte", o que o ex-chanceler brasileiro Afonso Arinos descreveu em 1965, como uma "cortina racial" separando o Ocidente e o Terceiro Mundo. (VIEIRA, 2018, p.16, tradução minha)

Como argumenta Nascimento (2020), o governo brasileiro manteve o seu apoio ao colonialismo português até o momento em que o domínio colonial se tornou insustentável. O Brasil votou repetidamente contra (ou absteve-se) quando as resoluções da ONU condenaram o colonialismo português ou apelaram ao seu fim e ao respeito dos tratados de direitos humanos nas colônias. O presidente Juscelino Kubitschek (1955-1961) chegou a afirmar que a Política Externa do Brasil seria igual à de Portugal, declarando que a independência do Brasil foi um presente de Portugal. Um dos dois únicos votos a favor da independência daquelas colônias aconteceu em 1974, às vésperas de sua descolonização. (NASCIMENTO, 2020, p. 208-209)

Mais uma vez, é possível retirar do pensamento social brasileiro sobre sua história racial o fundamento de outros conceitos bem conhecidos da política externa brasileira: o papel do Brasil como ponte entre o Norte e o Sul (ALTEMANI, 2005; LIMA, 2005) e, ainda, o seu grande destino manifesto (o país do futuro) como um grande país, rico em recursos naturais e uma experiência bem sucedida do colonialismo português.

Finalmente, um terceiro momento significativo em nossa história racial ocorre durante os dois primeiros governos de Lula da Silva (2003-2010), consolidando uma tendência já observada desde os governos de Fernando Henrique Cardoso. Nesse período o Estado brasileiro apresenta uma certa ruptura com as narrativas do mito da democracia racial, introduzindo em seu discurso político alguns elementos que sempre foram negados. Já denunciados pelo movimento negro ao menos desde os anos 1980, estão entre os elementos racistas admitidos em nível de Estado o envolvimento do Brasil com o tráfico de escravizados, a conformidade do país com o colonialismo português, bem como a estrutura social brasileira, que, apesar de majoritariamente negra, concentra nos seus grupos raciais não-brancos taxas desproporcionalmente altas de analfabetismo e pobreza. (CICALO, 2013; VIEIRA, 2018; SOUZA, 2017; AMORIM, SILVA, 2021)

Os primeiros governos Lula (2003-2010) reforçam e ampliam a política de cotas raciais no Brasil e, até certo ponto, parecem defender uma outra narrativa de nação. Naquele momento, o Brasil deixa de se narrar como um país de pardos (categoria criada na década de 1970 para designar os mestiços de pele parda, o intermediário entre preto e branco); além de também romper com a narrativa de democracia racial, narrando a identidade nacional do Brasil como um país majoritariamente negro, o segundo maior em população negra no mundo depois Nigéria (CICALO, 2013; SOUZA, 2017; VIERA, 2018). Nas palavras de Vieira:

> [considerando] as representações do Brasil [até então] espelhadas na superioridade ocidental/branca. No nível simbólico, o desejo reconfigurado por Da Silva, [substituído] por significantes não-ocidentais/africanos, convergiu e foi reforçado pelo ressurgimento da ordem simbólica do Terceiro Mundo (agora renomeada como Sul Global) que se seguiu ao colapso do consenso liberal ocidental de década de 1990. (VIEIRA, 2018, p.19, tradução minha)

Assim, mesmo que o adjetivo "negro" tenha tido uma conotação negativa ao longo da história, Vigoya (2018) reforça que apropriar-se do termo e usá-lo como motivo de orgulho e resgate cultural é um importante mecanismo de resistência para esses sujeitos, que não são validados nem social nem culturalmente. Para ela, revalorizar o que significa "negro" ou "preto" é reivindicar como positivo o que tem sido objeto de discriminação e desvalorização. (VIGOYA, 2018, p.101) Nesse sentido, Mbembe (2017) considera que a invocação da raça nasce de um sentimento de perda, separação e ameaça de extermínio, buscando reconstruir sua continuidade para além do tempo, do espaço e do deslocamento. (MBEMBE, 2017)

Tal movimento narrativo-identitário não se deu sem resistência. Uma das hipóteses que podem ser levantadas a partir do arcabouço teórico apresentado aqui é que a ruptura com a narrativa da democracia racial, tão cuidadosamente construída, fortemente reforçada e enaltecida por tanto tempo como parte da narrativa biográfica do Brasil, pode ter causado uma sensação mais forte de insegurança ontológica em grande parte das elites, que por muito tempo monopolizaram as narrativas identitárias do Brasil. (JARDIM, 2022)

Se levarmos em consideração as contribuições das literaturas sobre (in)segurança ontológica, a crise política que se instaurou no Brasil a partir de 2013, a qual culmina no impeachment da presidenta Dilma Rousseff e na eleição de um representante da extrema direita em 2018, Jair Bolsonaro, pode estar ligada, também, a uma reação contra o rompimento das narrativas biográficas cuidadosamente construídas pela elite branca brasileira e desestabilizadas pelo reconhecimento do Brasil como um país fraturado pelo racismo. Não por acaso, os discursos de Política Externa durante o governo Bolsonaro, passam a frequentemente utilizar

como base o imaginário construído pelo mito da democracia social, ativamente negando que haja racismo no Brasil ou violência deliberada contra populações negras e indígenas (ALFONSO, 2019).

Vieira (2018) argumenta que a política externa de Lula-Celso Amorim nos anos 2003-2010 muda radicalmente os discursos de identidade brasileiros, desta vez colocando aqueles que até então ocupavam o papel de outro interno odiado, o qual buscava-se progressivamente apagar das narrativas identitárias do Brasil, por meio, inclusive, das políticas de branqueamento e da criação de categorias que os posicionavam mais perto do ideal branco, como moreno ou pardo. Um desdobramento possível dessa interpretação é que a insegurança ontológica, já latente na subjetividade brasileira, pode ter eclodido como uma crise de identidade, potencialmente visível na extrema polarização e instabilidade na política brasileira (GUZZINI, 2012), uma vez que as principais elites nacionais, donas dos meios de comunicação, das grandes empresas, ocupantes dos mais relevantes cargos políticos e econômicos não só não se identificam, como rejeitam e abominam tal identificação.

Ainda que tenha, no passado, representado alguns avanços na agenda antirracista, os primeiros governos Lula não estão isentos de críticas e será, necessário, mais uma vez, pressionar como sociedade civil, para que as narrativas nacionais (que incluem as políticas públicas) sigam trabalhando para a reparação e superação do racismo, a fim de romper totalmente com esse regime de verdade que ainda provoca sistematicamente morte e desumanização.

Sob o ponto de vista apresentado aqui, a possível ruptura no discurso da Política Externa no período 2003-2010 pode ter representado não o fim, mas uma intensificação da ambiguidade da identidade brasileira. Ao mesmo tempo em que o Brasil se apresentava como uma voz do mundo em desenvolvimento, uma nação advogando como “nunca antes” a favor do combate à fome e à pobreza, também perdoou dívidas africanas (usando uma retórica da dívida histórica com a África) ao mesmo tempo em que promoveu seus laços econômicos com o continente, em uma iniciativa conhecida como a política das “campeãs nacionais”, o Estado brasileiro financiou, subsidiou e estimulou grandes empresas brasileiras de infraestrutura a investir bilhões em construções em países africanos e latino-americanos, seguindo uma lógica com fortes traços neocoloniais ou subimperalistas (SANTOS, 2018). Muitos desses projetos e empreendimentos estiveram recentemente envolvidos em escândalos de corrupção e alguns deles tiveram problemas sociais profundos e resistência da sociedade civil local, como o ProSavana em Moçambique. (GARCIA, KATO, 2016) Segundo Cicalo (2013, pp.21-22), o Brasil tornou a África um aliado estratégico para a consolidação de sua liderança internacional. Os mercados africanos estão mais atraentes do que nunca e o comércio entre o Brasil e os países africanos

triplicou entre 2002 e 2006, alcançando Angola, Nigéria, Tanzânia, Moçambique e Benin, mercados para extrair petróleo e produzir biocombustíveis. (CICALO, 2013, p. 21-22)

Essa posição discursiva ambivalente do Brasil como um intermediário, um adolescente temporalmente à frente da "África" infantil, (FERNANDEZ, GAMA, 2016) mais racional e experiente na teleologia do desenvolvimento e modernização, ainda que atrás dos adultos Europa Estados Unidos, na verdade não passa despercebido pelos demais países africanos parceiros do Brasil. Um exemplo é a repercussão negativa à frase proferida por Celso Amorim de que há uma solução brasileira para cada problema africano (ESTEVES, FONSECA, GOMES, 2016).

Assim, a mudança nas narrativas identitárias do Brasil como um país negro durante os primeiros governos Lula da Silva são controversas e podem ser vistas como as condições de possibilidade para manter o genocídio negro no Brasil (NASCIMENTO, 2019) enquanto promove seus laços comerciais e políticos no exterior. Por outro lado, tal narrativa pode ter tocado em algo irracional e visceral para grande parte dos brasileiros, o que ajudaria a refletir sobre a recente guinada à extrema direita no país. Assumir-se majoritariamente negro, e ainda assim racista, parece ter movido paixões e ódios por todo o país, um deslocamento, ainda que incompleto e combatido, do nosso outro (interno) odiado que, potencialmente, expôs a (in) segurança ontológica da identidade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O BRASIL COMO UM EU HÍBRIDO, RACIALIZADO E FRAGMENTADO

A partir de uma análise que combina pós-colonialismo, conceitos de segurança ontológica com viés lacaniano e APE pós-estruturalista, parece ser possível questionar as narrativas dominantes de continuidade e estabilidade da política externa brasileira e, então, considerar o "eu" brasileiro como inerentemente inseguro, ambíguo, fragmentado e híbrido. Acredito, no entanto, que tal análise é possível não devido a uma ontologia universal da psicanálise, mas porque a subjetividade brasileira é produto direto do racismo e de seus efeitos sobre o imaginário (coletivo) brasileiro.

As reflexões sobre os primeiros governos Lula (2003-2010), assim como as atuais releituras e disputas de memória sobre ele, permitem considerar uma perspectiva diferente da corrente dominante dos analistas da PEB, que assumem que esse período, ainda que com diferenças conjunturais e ajustes, tenha mantido as linhas principais da PEB, as quais teriam norteado as leituras de identidade e interesses do Brasil desde a constituição do Itamaraty.

CC BY NC SA

A perspectiva aqui apresentada oferece, antes de tudo, uma outra noção de política externa, entendendo como tal quaisquer narrativas que influenciam o delineamento de quem é o nacional brasileiro, o "cidadão de bem", e que, paralelamente, apontam e excluem o Outro, aquele deve ser combatido, encarcerado e exterminado. A mudança nas narrativas raciais do Brasil primeiramente pelas políticas de branqueamento, posteriormente pelo lusotropicalismo que promove a construção do mito da democracia racial, e, finalmente, como uma nação majoritariamente negra – considerando que, até então, os negros e indígenas brasileiros ocuparam o lugar do Outro interno odiado – pode ter exposto a latente insegurança ontológica que os discursos identitários do Brasil buscam, em última instância, mascarar.

A raça, como um discurso e um forte regime de verdade, pode ser um elemento central (de uma possibilidade de múltiplos elementos interseccionais, como gênero, classe, nacionalidade) que proporciona segurança ontológica a alguns e insegurança ontológica (e morte) a outros. Grande parte da elite (branca) brasileira, que cuidadosamente construiu e reforçou o mito da democracia racial, parece ainda denegar a narrativa identitária do Brasil como nação majoritariamente negra e estruturada por meio do racismo.

Nesse sentido, o ex-presidente Bolsonaro, que enunciou com orgulho falas como "nós somos os verdadeiros brasileiros" (BOLSONARO, 2018), parece fazer parte de uma tentativa de (re)estabelecer uma "velha-nova" política externa, delineando discursivamente (nos termos de Campbell) os brasileiros que terão suas vidas defendidas, bem como aqueles e aqueles que serão excluídos, deixados para morrer ou ativamente exterminados. Essa guinada à extrema direita parece estar impregnada de racismo, profundamente investida em significantes mestres, legitimada por discursos, bodes expiatórios e regimes de verdade, como o famoso slogan bolsonarista: "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos" (BOLSONARO, 2018).

REFERÊNCIAS

ALFONSO, Daniel A. Bolsonaro's take on the 'absence of racism' in Brazil. *Race and Class*. v. 00, n. 0, pp 1-17, 2019.

ALTEMANI, Henrique. *Política Externa Brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2005. 289 p

AMORIM, Camille; SILVA, André Luiz Reis da. O Itamaraty e o Movimento Negro: interesses, ideias e práticas nas relações Brasil-África. *Revista Brasileira de Ciência Política*. n. 35, 2021.

AMORIM, Celso. Brazilian Foreign Policy under President Lula (2003-2010): an Overview. *Revista Brasileira de Política Internacionais*. v. 53, 2010.

ANIEVAS, Alexander; MANCHANDA, Nivi; SHILLIAM, Robbie. Confronting the global colour line: an introduction. In. ANIEVAS, Alexander; MANCHANDA, Nivi; SHILLIAM, Robbie. *Race and Racism in International Relations:* confronting the global colour line. New York: Routledge, 2015.

BERENSKOETTER, Felix. Parameters of a National Biography. *European Journal of International Relations*. [s.l.], v. 20, n. 1, p. 262-88, 2014.

BHABHA, Homi. The Third Space: Interview with Homi Bhabha, in Rutherford, J. (ed) *Identity, Community, Culture, Difference*. London: Lawrence & Wishart, 1990.

BIONDI, Luigi. (s.a.) Imigração. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/IMIGRA%C3%87%C3%83O.pdf > Acesso em: 20 jan. 2023.

BROWNING, Christopher S. Nation Branding, National Self-Esteem, and the Constitution of Subjectivity in Late Modernity. *Foreign Policy Analysis.* n.11, pp.195–214, 2015.

BROWNING, Christopher S.; JOENNIEMI, Pertti.Ontological security, self-articulation and the securitization of identity. *Cooperation and Conflict*. Vol 52, Issue 1, 2017.

BOLSONARO, Jair. Discurso transmitido na Avenida Paulista. 22 de Outubro, 2018.

CAMPBELL, David. *Writing Security:* United States Foreign Policy and the Politics of Identity. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992.

CARLSNAES, Walter. Actors, structures and foreign policy analysis. In: Smith, Steve, Hadfield, Amelia*, et al*. *Foreign policy: theories, actors, cases.* Oxford: Oxford University Press, 2008.

CERVO, Aamado L. *Inserção internacional:* formação dos conceitos brasileiros. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. v. 1. 297p .

CICALO, André. From Racial Mixture to Black Nation: Racialising Discourse in Brazil's African Affairs. *Bulletin of Latin American Research* vol 33, n.1, 2013.

CROFT, Stuart; VAUGHAN-WILLIAMS, Nick. Fit for Purpose? Fitting Ontological Security Studies "into" the discipline of International Relations: Towards a Vernacular Turn. *Cooperation and Conflict,* 52, n.1, 2017.

EBERLE, Jakub. Narrative, desire, ontological security, transgression: fantasy as a factor in international politics. *Journal of International Relations and Development*. v. 22 n.4, p. 1-26, Maio, 2017.

EDKINS, Jenny.; PIN-FAT, Véronique. The Subject of the Political. In: EDKINS, Jenny. PERSRAM, Nalini, PIN-FAT, Véronique. (eds): *Sovereignty and Subjectivity*. London: Lynne Rienner Publishers, 1999.

EPSTEIN, Charlotte. Who speaks? Discourse, the subject and the study of identity in international politics. *European Journal of International Relations*. 17 (2) pp.327-350, 2010.

ESTEVES, Paulo; FONSECA, João Moura ; GOMES, Geovana Zoccal. Is there a Brazilian solution for every African problem? Brazilian Health Cooperation in Angola (2006-2015). *Carta Internacional* (USP), v. 11, p. 152, 2016.

FANON, Frantz. *The Wretched of the Earth*. Grove Press, 1961.

FERNANDES, Marta; GAMA, Carlos Frederico Pereira da Silva. Modernization in-between: The ambivalent role of Brazil in contemporary peacebuilding efforts in Africa. In: KENKEL, Kai M.; CUNLIFFE, Philip. *Brazil as a Rising Power*: Intervention Norms and the Contestation of Global Order. New York: Routledge, 2016.

FERREIRA, Ricardo F. O Brasileiro, o racismo silencioso e a emancipação do afrodescendente. *Psicologia e Sociedade*, 14 (1): 69-86; jan/jun 2002.

GIDDENS, Anthony. The Consequences of Modernity. Polity Press. 1991.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 92, n. 93, p. 69-82, 1988.

GUZZINI, Stefano. (ed.) *The Return of Geopolitics in Europe?* Social Mechanisms and Identity Crises. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

HALL, Stuart. *The Fateful Triangle:* Race, Ethnicity, Nation. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press 2017.

HANSEN, Lene. *Security as Practice:* Discourse analysis and the Bosnian War. London and New York: Routledge, 2006.

HERMANN, Charles F. Changing course: when governments choose to redirect foreign policy. *International Studies Quarterly*, v. 34, n. 1, p. 3-21, 1990.

HENDERSON, E.A. Hidden in plain sight: Racism in international relations theory. ANIEVAS, Alexander; MANCHANDA, Nivi; SHILLIAM, Robbie. *Race and Racism in International Relations:* confronting the global colour line. New York: Routledge, 2015.

JARDIM, Camille Amorim. *Putting Brazil in front of the mirror*: Lula's foreign policy and Brazil's biographical narratives. Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio. 2022. 343p.

KINNVALL, Catarina. Feeling ontologically (in)secure: States, traumas and the governing of gendered space. *Cooperation and Conflict.* Vol 52, Issue 1, 2017.

KINNVALL, Catarina; MITZEN, Jennifer. An introduction to the special issue: Ontological securities in world politics. *Cooperation and Conflict*. Vol 52, Issue 1, pp. 3 – 11, 2017. Available at: https://doi.org/10.1177/0010836716653162

LAFER, Celso. *A identidade internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira*: Passado, Presente e Futuro. 2ª Edição. São Paulo: Perspectiva, 2014.

LIMA, Maria Regina Soares. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional,* v. 48, n.1. 2005. p. 24-59.

MBEMBE, Achille. *Critique of Black Reaso*n. Durham: Duke University Press. 2017.

MESQUITA, Gustavo. The Rise and Fall of the Anti-Racism Agenda in Brazil from Lula to Bolsonaro. *BRASILIANA*: Journal for Brazilian Studies. v. 10 n. 1 (2021).

MILLS, Charles. The Racial Contract. Ithaca: Cornell University Press, 1999.

NANDY, Ashis. *The Intimate Enemy:* Loss and Recovery of Self under colonialism. Oxford: Oxford University Press, 1989.

NASCIMENTO, Abdias. *O Quilombismo*: Documentos de uma militância pan-africanista. 3ª ed. revisada. São Paulo: Perspectiva, 2019.

OLIVEIRA, A. V. da S. Epistemicídio e a academia de Relações Internacionais: o Projeto UNESCO e o pensamento afrodiaspórico sobre o Brasil e seu lugar no mundo. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

PINHEIRO, Letícia. *Política Externa Brasileira.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. (Coleção Descobrindo o Brasil).

PINHEIRO, Letícia. Traídos pelo desejo: um ensaio sobre a teoria e a prática da política externa brasileira contemporânea. *Contexto internacional*, v. 22, n. 2. p.305-335, 2000.

PUTNAM, Robert D. Diplomacia e Política Doméstica. A Lógica dos Jogos de Dois Níveis. *Rev. Sociol. Polít*., Curitiba, v. 18, n. 36, p. 147-174, 2010.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Aníbal. *A colonialidade do saber:* eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

RIBEIRO, Djamila. Quem tem medo do feminismo negro? Companhia das letras, 2018.

ROSSDALE, Chris. Enclosing critique: the limits of ontological security. International *Political Sociology,* v. 9 n. 4. p. 369-386, 2015.

SANTOS, Camila dos; GOMES, Maíra Siman; FERNÁNDEZ, Marta. 'Two Brazils': Renegotiating Subalternity Through South-South Cooperation in Angola. *Brazilian Political Science Review*, v. 13, 2019.

SANTOS, L. BNDES: internacionalização de empresas e o subimperialismo brasileiro. *GEOUSP Espaço e Tempo (Online), [S. l.]*, v. 22, n. 1, p. 115-137, 2018. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2018.115940. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/115940. Acesso em: 30 jan. 2023.

SARAIVA, Miriam Gomes. The democratic regime and the changes in Brazilian foreign policy towards South America. *Brazilian Political Science Review*, v. 14, 2020.

SARAIVA, Miriam Gomes. As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007. *Revista Brasileira de Política Internacional*. v. 50, n. 2, p. 42-59, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário*: cor e raça na sociabilidade brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso*: da escravidão à lava jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

STAVRAKAKIS, Yannis. *Lacan and the political.* London and New York: Routledge, 1999.

STAVRAKAKIS, Yannis. The Lacanian Left. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007.

SOLOMON, Ty. *The politics of subjectivity in American foreign policy discourses*. Minneapolis: University of Michigan Press, 2015.

TRAPP, Rafael Petry. O antirracismo no Brasil e a Conferência de Durban: identidades transnacionais e a constituição da agenda política do Movimento Negro (1978-2010). *Revista Cadernos do Ceom* v. 24, n. 35, 2011.

VIEIRA, Marco A. (Re-)imagining the 'Self' of Ontological Security: The Case of Brazil's Ambivalent Postcolonial Subjectivity. *Millennium*: Journal of International Studies. pp.1-23, 2017.

VIGOYA, Mara Viveros. *As cores da masculinidade*: Experiências interesseccionais e práticas de poder na Nossa América. 2018.

VIGEVANI, Tullo. CEPALUNI, Gabriel. A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação. *Contexto Internacional.* Rio de Janeiro, v. 29, n.2. p.273- 335, jul./dez. 2007.

ZEHFUSS, Maja. Constructivism and Identity: A Dangerous Liaison. *European Journal of International Relations* 7(3): 315-348, 2001.